



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

INFORMATIVO DE JURISPRUDÊNCIA

v. 7, n. 4, abril 2023



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. DIREITO ADMINISTRATIVO

1.1 Concurso público - Inaptidão

2. DIREITO CIVIL

2.1 Reintegração de Posse

3. DIREITO DO CONSUMIDOR

3.1 Ação de redefinição de desconto de margem consignável

3.2 Ação de Cobrança Securitária e Habilitação em Cotas de Consórcio - Seguro Prestamista

4. DIREITO PROCESSUAL CIVIL

4.1 Requisição de Pequeno Valor – RPV

APRESENTAÇÃO

O Informativo de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA, publicação periódica mensal, que tem por objetivo a divulgação das decisões mais relevantes dos Desembargadores, de forma objetiva e concisa, o presente trabalho está organizado pelo ramo do direito.

1. DIREITO ADMINISTRATIVO

1.1 Concurso público - Inaptidão

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. INAPTIDÃO. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. NÃO OBSERVÂNCIA. PRECEDENTES. OFENSA A DIREITO LÍQUIDO E CERTO A SER TUTELADO NA ESPÉCIE. SEGURANÇA CONCEDIDA À UNANIMIDADE.

(TJPA – MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL – Nº 0805331-94.2022.8.14.0000 – Relator(a): LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO – Seção de Direito Público – Julgado em 04/04/2023)

Link: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Acordaos-e-Jurisprudencia/168242-Pesquisa-de-Jurisprudencia.xhtml>

2. DIREITO CIVIL

2.1 Reintegração de Posse

13518063 - Acórdão PJE

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – REINTEGRAÇÃO DE POSSE – IMPROCEDÊNCIA – NÃO COMPROVAÇÃO DE POSSE ANTERIOR, DO ESBULHO PRATICADO PELO REQUERIDO E SUA DATA – AUSÊNCIA DOS REQUISITOS ENSEJADORES PARA A CONCESSÃO DA REINTEGRAÇÃO – MANUTENÇÃO DA SENTENÇA - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1- No caso em comento, observa-se que a autora, ora apelante, não se desincumbiu do ônus que lhe competia de demonstrar a configuração dos requisitos possessórios, não tendo juntado qualquer documento que indicasse a posse direta ou indireta anterior, muito menos o esbulho ocorrido e sua data, nos termos do art. 561 do CPC c/c art. 373, inciso I do CPC.

2-Nesse contexto, tem-se que a autora da ação de reintegração de posse não provou a sua condição de possuidora, que, nos termos do art. 1.196, do CC, é *"todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade"*.

3-Por fim, ainda que se considerasse que a posse do réu fosse injusta, a autora jamais ocupou o imóvel objeto da lide, razão pela qual deve ser mantida a sentença que julgou improcedente o pedido de reintegração de posse.

4-Ademais, oportuno salientar que o boletim de ocorrência juntado pela apelante, por si só, não se mostra capaz de comprovar a sua posse anterior, muito menos o georeferenciamento da área juntado pela parte recorrente, justamente por tais documentos terem sido produzidos unilateralmente.

5-Desta feita, diante da não comprovação, por parte da autora, ora apelante, dos requisitos ensejadores para a concessão da tutela possessória requerida, a sentença ora vergastada não merece reparos, devendo ser integralmente mantida.

6-Recurso conhecido e desprovido.

(TJPA – APELAÇÃO CÍVEL – Nº 0805422-36.2019.8.14.0051 – Relator(a): MARIA DE NAZARE SAAVEDRA GUIMARAES – 2ª Turma de Direito Privado – Julgado em 28/03/2023)

Link: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Acordaos-e-Jurisprudencia/168242-Pesquisa-de-Jurisprudencia.xhtml>

3. DIREITO DO CONSUMIDOR

3.1 Ação de redefinição de desconto de margem consignável

13519090 - Acórdão PJE

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REDEFINIÇÃO DE DESCONTO DE MARGEM CONSIGNÁVEL C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA C/C INDENIZAÇÃO DE DANOS MORAIS. PRELIMINAR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. ANÁLISE EM CONJUNTO NO MÉRITO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. VALOR LIMITADO A 30% DA REMUNERAÇÃO. NÃO ULTRAPASSADO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA.

1. Trata-se de recurso de apelação interposto por Thiago Guimarães Azevedo, em face de sentença prolatada pelo Juízo da 12ª Vara Cível e Empresarial de Belém, que nos autos da ação de redefinição de desconto de margem consignável c/c pedido de tutela antecipada c/c indenização de danos morais julgou improcedente o pedido formulado na inicial e, por conseguinte, condenou ao pagamento das custas e honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) do valor da causa;

2. Os descontos dos empréstimos consignados em folha são limitados a 30% (trinta por cento) sobre a remuneração deduzido dos descontos obrigatórios. Precedentes do STJ;

3. No caso em apreço, os empréstimos bancários realizados, diretamente, no contracheque não ultrapassam a margem de 30% (trinta por cento) da remuneração mensal auferida pelo apelante;

4. Inexiste limitação dos demais empréstimos contratados pelo apelante, na modalidade de crédito pessoal (empréstimo em conta corrente), em razão da ausência de disposição legal nesse sentido.;

5. Na contratação dos juros contratados pré-fixados, o autor tem pleno conhecimento dos valores contratados no ato de sua assinatura, não sendo cabível revisão dos empréstimos bancários, eis que são atos jurídicos perfeitos e acabados;

6. Descabimento da condenação de danos morais. Ausência de prejuízo íntimo ao recorrente que realizou livremente os empréstimos bancários;

7. Apelo conhecido e desprovido.

(TJPA – APELAÇÃO CÍVEL – Nº 0405632-86.2016.8.14.0301 – Relator(a): CELIA REGINA DE LIMA PINHEIRO – 1ª Turma de Direito Público – Julgado em 27/03/2023)

Link: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Acordaos-e-Jurisprudencia/168242-Pesquisa-de-Jurisprudencia.xhtml>

13515153 - Acórdão PJE

EMENTA: AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA E HABILITAÇÃO EM COTAS DE CONSÓRCIO. SEGURO PRESTAMISTA. INVALIDADE DA CLÁUSULA. ABUSIVIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE CONDICIONAMENTO DO BENEFICIÁRIO À QUALIDADE DE HERDEIRO. CONTRATO DE SEGURO. ART. 794 DO CC. INEXISTÊNCIA DE SUJEIÇÃO À HERANÇA. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E IMPROVIDO.

(TJPA – APELAÇÃO CÍVEL – Nº 0050549-10.2015.8.14.0006 – Relator(a): CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO – 1ª Turma de Direito Privado – Julgado em 27/03/2023)

Link: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Acordaos-e-Jurisprudencia/168242-Pesquisa-de-Jurisprudencia.xhtml>

4. DIREITO PROCESSUAL CIVIL

4.1 Requisição de Pequeno Valor – RPV

13497735 - Acórdão PJE

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR - RPV. VALOR TOTAL DA CONDENAÇÃO QUE SUPERA O LIMITE PREVISTO PARA O RITO DAS OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR – 4RPV, NO AMBITO DO MUNICÍPIO. - IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPA – APELAÇÃO CÍVEL – Nº 0818327-27.2022.8.14.0000 – Relator(a): MAIRTON MARQUES CARNEIRO – 2ª Turma de Direito Público – Data do documento em 04/03/2023)

Link: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Acordaos-e-Jurisprudencia/168242-Pesquisa-de-Jurisprudencia.xhtml>

EDIÇÕES DO INFORMATIVO

*Acesse as edições no site da Divisão de Registros de Acórdãos e Jurisprudência
Visite nossa página: <http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Acordaos-e-Jurisprudencia/168242-Pesquisa-de-Jurisprudencia.xhtml>*

PODER JUDICIÁRIO

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARÁ
SERVIÇO DE JURISPRUDÊNCIA**

*Av. Almirante Barroso nº 3089 – Bairro: Souza – CEP: 66613-710 – Belém – PA.
Telefone: (91) 3205-3266*